

## DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO CENTRO OESTE<sup>1</sup>

### Os processos de ocupação regional

Dois fatores são fundamentais no processo de ocupação regional do Centro-Oeste - a construção de Brasília e a instalação, ali, do Distrito Federal (antes disso, em 1933 a construção de Goiânia havia desempenhado papel semelhante) e, principalmente, a "abertura de fronteiras agrícolas"

Foi no período pós-64 que se deu a etapa de maior ênfase na expansão da fronteira agrícola da região. Os incentivos governamentais (especialmente os subsídios agrícolas), o investimento na criação de redes de transporte e armazenagem, o baixo custo das terras (em relação a regiões como o Sul e o Sudeste) e a introdução de culturas adaptáveis aos Cerrados, contribuíram decisivamente para o desenvolvimento desta proposta que, além de promover a ocupação desta região, visava ainda amortecer as tensões sociais crescentes no meio rural, incentivando o deslocamento de correntes migratórias.

Os Censos Demográficos de 60, 70, 80 e 91, e as PNADs demonstram o espantoso crescimento da população do Centro Oeste em conseqüência dos programas governamentais. Segundo estes dados, ocorreu um aumento populacional na ordem de 250% entre 1960 e 1995 na Região.

Em conseqüência destes investimentos deu-se a grande ocupação do Estado de Mato Grosso na década de 70, especialmente através de assentamentos dirigidos de colonização. Até maio de 1995 se contabilizavam 94 projetos de assentamentos, dos quais 70 foram executados pelo Governo Federal, 18 pelo Governo Estadual e 6 pelos Municípios. Estes projetos acabaram se transformando posteriormente em núcleos urbanos com funções típicas de serviços a atividades agropecuárias regional.

Na década de 90 percebe-se uma diminuição no ritmo do crescimento populacional. As migrações são quase que exclusivamente sazonais (trabalhadores do Sudeste e do Nordeste que vêm para as colheitas da cana-de-açúcar e atividades das carvoarias). O estado que recebeu maior fluxo migratório, entre as décadas de 80 e 90, foi Mato Grosso. Sua população quase que dobrou em 10 anos.

---

<sup>1</sup> Projeto CUT e CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical (1996-98). Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil.

A retirada dos subsídios agrícolas governamentais provocou um decréscimo significativo da migração no país nos últimos anos, no entanto o Centro Oeste mantém-se como um polo de atração. Atualmente, a Região possui o índice mais alto de população migrante do país. O número de pessoas residentes que não são originárias do Estado em que vivem chega a mais de 36%. As demais regiões possuem entre 12,5% (Região Sul) e 18,8% (Região Sudoeste) de sua população proveniente de outros Estados. Estes dados demonstram que a região Centro Oeste tem se constituído em polo de atração de pessoas que buscam melhores oportunidades de vida.

### **Características da população**

Quanto à distribuição populacional por sexo e local de moradia, é possível perceber que há uma nítida maioria de mulheres na população urbana. Isto indica que também na região Centro-Oeste pode estar ocorrendo um processo de "masculinização" do meio rural, semelhante a outras regiões.

Outro dado importante, é o contínuo movimento migratório das populações rurais para as áreas urbanas. Podemos ver que em apenas três anos (93-95) houve um fluxo migratório rural-urbano de aproximadamente 330 mil pessoas. As projeções feitas pelos órgãos públicos, para os anos de 1995 a 2000, mantém a tendência destes deslocamentos. Para uma população total que cresceu em torno de 400 mil pessoas, este fluxo é extremamente alto.

Quanto a composição da população por faixa etária, a região Centro-Oeste tem uma composição próxima ao padrão nacional. Há, porém, pequenas variações que mostram, por exemplo, que a população desta região é mais jovem que a média do Brasil. Provavelmente porque a constituição desta população e a ocupação dos espaços são recentes. O processo migratório é praticado por pessoas de faixa etária média jovem.

Os homens são a maior parcela da PEA, representando 62% do total existente em 1995. Já a situação das mulheres é inversa. Elas participam da PEA com 38% do total e representam 70,9% do total da população não ativa, no mesmo ano.

Apesar do índice de urbanização no CentroOeste ser alto, o trabalho agrícola absorve

25,5% da PEA. Ou seja, muitos moradores das cidades desenvolvem atividades agrícolas, o que pode ser explicado pelo fato de que o número de assalariados é significativo, puxando para cima o índice de residentes nas cidades e trabalhadores do campo e muitos agricultores de economia familiar mudam para as cidades, mas mantêm suas atividades rurais.

### **Características da mão-de-obra regional**

Especificamente quanto ao deslocamento de mão-de-obra assalariada, as informações obtidas através de pesquisa Contag/PNUD/MTb indicam, no caso do Mato Grosso do Sul, a existência de trinta e três fluxos de trabalhadores, sendo doze de origem (a pessoa entrevistada está localizada no ponto de saída) e vinte e um de destino (a pessoa está no local de chegada dos trabalhadores). Envolvem um contingente de aproximadamente 54.500 trabalhadoras e trabalhadores.

No Caso do Mato Grosso e de Goiás não se chegou a números de trabalhadores na condições de "migrante estrutural". A pesquisa indica que a origem destas populações é sempre a mesma: Vale do Jequetinhonha-MG, todos os estados do Nordeste e desempregados do interior de São Paulo e Paraná. Eles trabalham nas lavouras de laranja, algodão, café, cana-de-açúcar e ainda nas derrubadas de matas e nas carvoarias.

Nos três estados da região há indícios de trabalho escravo, utilização do trabalho infantil e descumprimento da legislação trabalhista. Dos 43 fluxos de deslocamento de mão-de-obra apenas 8 afirmaram que "sempre" há algum tipo de contrato de trabalho, 11 "nunca" e 22 "eventualmente".

Segundo dados do IBGE, 17,8% das crianças de 10 a 14 anos já trabalham nas lavouras do Centro Oeste. Este índice chega a 22,2% em Goiás e 21,1 % no Mato Grosso. As culturas do tomate, algodão, alho e cebola têm a maior incidência de trabalho infantil em Goiás. Segundo o levantamento da CONTAG, existem pelo menos duas mil crianças trabalhando nos fornos de carvão na região do Maciço Florestal (MS), sendo que a maioria trabalha no município de Ribas do Rio Pardo.

Porém, pode-se afirmar que houve mudanças substanciais nas atividades empregadoras de mão-de-obra. Por exemplo, as lavouras de café, que em 1990 demandavam 55,6 mil trabalhadores, em 1996 atingia apenas 12,1 mil. Com a redução das áreas plantadas,

houve uma brutal diminuição do volume de emprego nesta cultura. As outras grandes oscilações ficam por conta da cultura da soja que, em 1990 demandava 59, 1 mil servidores, em 96 baixou para 57,1 mil. Também o feijão cortou emprego agrícola. Como a área diminuiu de 319 mil hectares para 138, a demanda por emprego baixou de 23,1 mil para 10 mil.

O que se pode perceber é a diminuição de áreas destinadas às lavouras em toda a região do Centro-Oeste brasileiro. Em apenas cinco safras agrícolas (90/96), aproximadamente 200 mil hectares de terras deixaram de ser plantados. Em algumas culturas, dois aspectos favoreceram a diminuição de áreas e de trabalhadores. No caso das lavouras de cana-de-açúcar, por exemplo, a produtividade de sacarose e de tonelagem por hectare aumentaram, bem como a produtividade do trabalho no corte da cana queimada também elevou-se e com isso muitos postos de trabalho foram fechados.

O desemprego é a principal consequência de todo este processo de tecnificação e modernização agrícola. De acordo com o PNUD/IPEA, a Região Centro Oeste tinha 28% de sua força de trabalho no campo em 1983. Este percentual caiu para apenas 23% em 1990. Certamente, após este período, os efeitos do desemprego estrutural baixaram ainda mais o índice de mão-de-obra ocupada na agricultura.

Apesar do crescimento dos níveis de desemprego, a região continua atraindo mão-de-obra volante de outros estados do país. O vai-e-vem da sobrevivência não se dá pelas levadas migratórias como nas décadas anteriores, mas pelo deslocamento temporário de mão-de-obra assalariada rural. De acordo com o estudo realizado pela CONTAG, só Mato Grosso recebe anualmente mais de 6 mil trabalhadores para trabalho sazonal. O Mato Grosso do Sul recebe mais de 40.mil. Estes contingentes são deslocados de longas distâncias (Minas Gerais e Estados do Nordeste como Bahia, Alagoas) ou de Estados vizinhos (deslocamentos dentro da própria região e outros Estados próximos).

### **Índice de qualidade de vida da população**

Apesar de ser uma região rica, exportadora de grãos, carne e minérios, o Centro Oeste se caracteriza por índices baixos de qualidade de vida de sua população. Os índices mais elevados de analfabetos entre a população rural demonstram que a distribuição dos benefícios da "modernização" não chegou no campo.

Os dados sobre o nível de emprego e os rendimentos mensais da população também mostram a precariedade das condições de vida no Centro Oeste. Quase 20% da PEA ganha até um salário mínimo e quase 15% da população ganha entre um e dois salários mínimos.

O Relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que classificou o Brasil como o país com o maior índice de concentração de renda do planeta, demonstrou também que as desigualdades na distribuição da renda são maiores no Centro Oeste.

Os Estados de Mato Grosso e Goiás foram classificados como "Estados com qualidade de vida mediana". Estes dois estados ficaram em 12º e 13º lugares em relação aos demais estados da federação. O Mato Grosso do Sul foi classificado como "estado com melhor qualidade de vida", em 7º lugar na colocação nacional.

A região tem 2,4 milhões de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza, ou seja, 24,8% da população da região. No Brasil são 41,9 milhões de pessoas, ou seja, 30,2% da população do país vive em níveis abaixo da linha de pobreza (não ganham o suficiente para viver).

### **Infra-Estrutura**

O principal fator de integração do Mato Grosso do Sul são as rodovias, que estão estruturadas em dois grandes eixos: a BR 262, transversal, cruzando o estado de Corumbá (fronteira com a Bolívia) a Três Lagoas (divisa com São Paulo), e a BR 163, que liga a capital do Mato Grosso do Sul (Campo Grande) aos estados de Mato Grosso e Paraná. A rede ferroviária conta com 1.200 Km de extensão e as hidrovias são constituídas pelos rios Paraná e Paraguai.

Os principais corredores envolvidos com a movimentação dos grãos agrícolas são: Corredor Cuiabá-Santarém; Araguaia- Tocantins; Fronteira Noroeste e Corredor do Cerrado.

O Estado do Mato Grosso não tem malha ferroviária, porém desde 1994 vem sendo planejada pela FERRONORTE, com a concepção global de integração à rede nacional através do sistema intermodal. Segundo esta concepção, Cuiabá se integrará aos Portos

de Santos, Vitória, Paranaguá, Porto Velho e portos do Pacífico via futuro corredor ferroviário Cáceres-Santa Cruz-Arica. A interligação também ocorrerá com as malhas ferroviárias do triângulo mineiro e São Paulo. Em outra direção, Cuiabá ligará dois corredores de exportação: Cuiabá-Porto Velho (exportação Rio Madeira) e Cuiabá-Santarém (Rio Amazonas).

Em Goiás, está concentrado o maior número de armazéns e de estradas pavimentadas, ligando ao Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil, além de contar com um sistema de hidrovia operando desde o início da década de 90.

A Energia elétrica de MS é produzida quase que totalmente fora do Estado. 92,7% dela vem da Eletrosul (92,3%), CESP-SP com 6,3% e CAIUÁ, CELG-GO e CEMAT-MT com, 1,3%. Usina Mimoso produz 95,9% da energia própria do Estado.

### **Estrutura fundiária**

As "frentes de expansão agrícola" provocaram um aumento significativo da produção e produtividade das lavouras regionais. Houve um processo de modernização da agricultura através da tecnificação, mecanização e uso de insumos agrícolas industrializados. Apesar desta "modernização" ter atraído grandes contingentes populacionais, houve uma ampliação da concentração da propriedade da terra no Centro Oeste.

De acordo com dados do IBGE, as propriedades com áreas menores ou iguais a 500 hectares representam 88,2% dos estabelecimentos rurais regionais. No entanto, estes ocupam apenas 18% da área total. Por outro lado, os estabelecimentos com áreas acima de mil hectares representam apenas 5% mas ocupam 72% da área total.

Há uma grande semelhança entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no que diz respeito à distribuição das áreas entre 1.000 a 10.000 ha. Outra semelhança fica constatada nas menores áreas. Nos três estados, os proprietários de áreas de 0 a 10 ha não controlam 1% do total das terras, porém representam uma média de 30% no número de estabelecimentos.

No caso do Mato Grosso a concentração da propriedade indica patamares assustadores. 46% do total das terras estão concentradas nas áreas com tamanho acima de 10.000 ha e

para melhor entender a gravidade do problema, esta área é controlada por apenas 645 estabelecimentos, que representam 0,8% do total.

Goiás tem uma performance um pouco diferente dos outros Estados. Os estabelecimentos de 100 a 1.000 ha representam 31,4% do total e 42,2% da área. No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estes índices não ultrapassam a casa dos 30% e 20% respectivamente. Em Goiás a distribuição de terras se deu com maior intensidade. O mesmo movimento percebe-se nos grupos de áreas de 10 a 100 ha.

A concentração da propriedade da terra é agravada pela improdutividade de muitos latifúndios. De acordo com dados do INCRA, há 35.083 latifúndios improdutivos no Brasil. Estes latifúndios (com áreas superiores a mil hectares) abrangem uma extensão de 153 milhões de hectares. Isto significa que 1% dos imóveis cadastrados no INCRA são latifúndios improdutivos e abrangem mais de 43% da área total dos imóveis cadastrados, ou 18% do território nacional. Só a Região Centro Oeste abriga 15.567 destes imóveis (quase 45% dos latifúndios improdutivos do país), totalizando uma área de 71 milhões de hectares (46% da área dos imóveis considerados improdutivos). A região abriga, portanto, o maior número de latifúndios improdutivos do país.

Além da situação particular de latifúndios improdutivos, a utilização das terras indica, em 1985, que a maioria absoluta das áreas eram utilizadas para a criação de gado. Se compararmos o número de estabelecimentos que declararam atividades pecuária e agrícolas, veremos que a diferença não é tão grande, 140 para 112 mil, porém a utilização em área é muito diferente, 77,2 milhões para 17,7 milhões de hectares.

### **A reforma agrária no contexto fundiário do centro-oeste**

Segundo os dados oficiais, durante os últimos 15 anos tivemos na região, o assentamento de 28 mil famílias de trabalhadores sem terra, em quase duzentos projetos de assentamento. Para sua realização, foram desapropriados 2,3 milhões de hectares. Guardando as diferenças de cada estado da região, os assentados obtiveram uma área média de 83 hectares por família.

Se comparados à estrutura fundiária apresentada no Censo Agropecuário de 1985, todos os projetos regionais de Reforma Agrária atingiram 2,35% do total das áreas disponíveis

para agropecuária. No que se refere ao número de estabelecimentos houve um acréscimo na ordem de 25% dos declarados na classe 10 a 100 ha. Continua-se num processo de parcelamento de terra, mas sem mudar as estruturas existentes.

No caso do Mato Grosso, além dos projetos de assentamentos do Incra e do governo estadual, abriu-se espaços para a realização de colonizações privadas e oficiais. **A**

### **Agricultura**

A partir da década de 70, os novos fluxos de migração oriundos das Regiões Sul e Sudeste formaram uma categoria de produtores familiares e não-familiares no Centro Oeste. Estes foram apoiados por políticas governamentais de infra-estrutura e de colonização, das quais o POLOCENTRO e o PRODECER (Projeto de Desenvolvimento do Cerrado, conhecido inicialmente como Projeto JICA) são as mais importantes.

Essas "frentes de agricultura comercial" ocorreram graças aos incentivos governamentais e ao desenvolvimento de culturas em escala nos Cerrados. Os órgãos oficiais de pesquisa adaptaram variedades de grãos, plantas perenes e pastagens tolerantes à toxidez do alumínio dos Cerrados. Desenvolveram também técnicas de correção da fertilidade do solo das chapadas, com métodos de correção, adubação e manutenção das propriedades físicas do solo. Além disto, a possibilidade de produção em escala foi motivada pela maior facilidade de acesso à terra, devido aos preços mais baixos em relação às terras do Sul. Estas vantagens motivaram também as "frentes especulativas". Estas, porém, visavam apenas os benefícios gerados pelos incentivos fiscais dos programas governamentais e seus reflexos ainda estão muito presentes na Região, como se verá mais adiante:

O cultivo da soja, até então com problemas de adaptação em áreas de baixa latitude, foi o carrochefe da implantação do atual modelo agrícola na Região. Como uma cultura totalmente mecanizável, desde o preparo do solo à colheita, ela se adaptou ao cultivo em grande escala nos chapadões, compensando os altos requerimentos de insumos químicos. O seu cultivo, portanto, consolidou as frentes de agricultura comercial e marginalizou a maioria dos agricultores familiares da "modernização agrícola" no Centro Oeste.

As "frentes de subsistência" formaram a categoria de agricultores familiares do Centro Oeste, com suas práticas de cultivo baseadas no trabalho familiar e na exploração da



fertilidade natural do solo. Este ciclo de fertilidade foi se encurtando à medida que as terras mais férteis foram se esgotando e as distâncias dos mercados iam aumentando. Os agricultores se dirigiam às frentes em movimento contínuo de posseiros, arrendatários e pequenos proprietários para a prática da agricultura intinerante ou "do toco", que se transformavam posteriormente em áreas de cultivo contínuo ou pastagens para os proprietários. A prática se iniciava com a derrubada das matas ou da vegetação, que em muitos casos eram transformados em carvão, que supriam as grandes usinas siderúrgicas em Minas Gerais. Depois da derrubada e queimada da vegetação nativa, cultivava-se milho, feijão, arroz e mandioca. A produção de arroz, considerada cultura desbravadora de áreas, passou a ser uma fonte de abastecimento importante até a década de 80, declinando nos anos mais recentes.

O processo de expulsão e marginalização dos agricultores familiares aconteceu dentro deste processo pois as terras desmatadas e manejadas produtivamente incorporaram trabalho e passaram a ter valor de troca. Foram então sistematicamente reapropriadas pelos seus proprietários para o plantio de pastagens e cultivo de grãos ou usadas para fins especulativos. Este processo de marginalização dos agricultores familiares e incentivos governamentais à agricultura em escala provocou a concentração da propriedade da terra e gerou muitos conflitos sociais, envolvendo posseiros e arrendatários de um lado e os fazendeiros e grileiros de outro.

Assim, os projetos governamentais e o desenvolvimento do atual modelo não abriram espaço de reprodução para os agricultores familiares na região que, pobres de recursos, foram obrigados a refugiarem-se em espaços cada vez mais precários em termos de recursos naturais (solos frágeis, pouco férteis e distantes dos centros urbanos consumidores).

Segundo dados do Censo Agropecuário, as áreas ocupadas nos Cerrados cresceram rapidamente de 1970 em diante, passando de 20,3 milhões de hectares para 50,7 milhões de hectares em 1985. Com o processo de intensificação, as áreas de lavoura cresceram neste mesmo período de 4,1 para 9,5 milhões de hectares, e as áreas de pastagens cultivadas passaram ,de 8,7 para 30,9 milhões de hectares.

Pode-se perceber que a cultura da soja manteve-se como a que mais utilizou áreas agricultáveis na região. O estado do Mato Grosso teve uma grande oscilação em área

plantada. Na safra de 1989 atingiu 1,7 milhões de hectares em 1991 baixou para 1.1 milhões, e em 1994 saltou para 2,02 milhões de hectares, e ainda é onde encontramos a melhor produtividade. Este Estado atingiu 2.629 Kg/ha, frente aos 2.080 Kg/ha de Goiás e de 2.171 Kg/ha de Mato Grosso do Sul.

A produção de milho da região Centro-Oeste, acompanhou a evolução das áreas com soja. Teve um grande crescimento em área plantada a partir da década de 70, com a migração sulista e com a abertura do mercado nordestino ao produto. O Centro-Oeste foi, até a metade da década de 90 o maior fornecedor do produto àquela região. Com a consolidação do Mercosul, o principal comprador do milho regional, o estado do Pernambuco, passou a adquiri-lo da Argentina, pois o preço era mais baixo e a qualidade superior.

Para os produtores regionais, uma das saídas encontradas foi a instalação dos grandes complexos de criação de aves e suínos. As empresas Perdigão, Sadia e Seara entre outras de menor porte, têm consumido uma parte substancial do milho produzido na região. Nesta cultura, Goiás é o maior produtor, destacando-se em área plantada com mais de 900 mil hectares, que significa mais que o dobro dos outros Estados, e com produtividade de 3.476 Kg/ha, bem acima também.

As culturas da soja e do milho são as principais demandadoras de empregos agrícolas. Apenas o café, até o início da década de 90 superava o milho. Nem mesmo a cultura da cana-de-açúcar utiliza mão-de-obra como elas. Além disso, a soja e o milho são destaques regionais no que se refere às exportações. Neste caso a soja é a grande vedete. Representa 75.83% dos produtos exportados do Mato Grosso do Sul e 63,31 % das exportações goianas, no ano de 1995. É ainda, uma das culturas que tem passado por um processo de industrialização local, com a montagem de grandes complexos de esmagamento.

### **Tecnificação e mecanização**

As políticas governamentais de ocupação dos espaços "vazios" e de expansão das áreas para lavouras no Cerrado brasileiro, aliado a topografia plana, aceleraram a utilização de máquinas e insumos na região. Ao mesmo tempo que para a correção do solo, de baixa

fertilidade para as culturas da soja, milho e arroz (produzidas em escala empresarial), foi necessário a implantação de uma grande quantidade de fertilizantes. Os governos estaduais também contribuíram neste processo de ocupação e expansão agrícola. O Programa Goiás rural, por exemplo, lançado nos anos 70 pelo governo do estado, colocou 500 tratores de esteira e toda uma infra-estrutura de transporte a serviço dos produtores que decidiram investir na agricultura.

A consolidação do modelo de "modernização conservadora" pode ser percebido pelo crescimento significativo da mecanização e uso de insumos agrícolas nas lavouras da região.

As regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste detinham apenas 19,76% do número de tratores existentes no Brasil em 1980. Apesar deste desequilíbrio entre as regiões, os dados demonstram o avanço da mecanização na região Centro Oeste, que evoluiu de 2.194 tratores em 1960 para 63.391 em 1980. Este crescimento representa um aumento de 30 vezes em apenas 20 anos. O número aumentou ainda mais no início dos anos 80, pois só o Estado de Goiás já possuía mais de 33.500 tratores, em atividade, em suas lavouras em 1985.

Além da evolução na utilização de tratores e máquinas, a evolução no uso de fertilizantes comprova o processo de tecnificação da agricultura regional.

### **A Pecuária**

A pecuária é responsável pela ocupação de 77,9% da área agricultável da região Centro-Oeste e gerou pouco mais que 6% de exportações regionais em 1995. Juntamente com o sistema de criação de suínos e aves, a pecuária bovina vem crescendo em quantidade de cabeças e também de abate e industrialização de seus derivados. O Centro-Oeste tem o maior rebanho de bovinos do Brasil. O abate vem crescendo no período 90/95. Goiás e Mato Grosso do Sul aumentaram consideravelmente o abate. A chegada de muitas empresas (que também atuam no abate de aves) são responsáveis pelo crescimento no setor.

Em apenas quatro anos, 89,5 mil novas vacas passaram a produzir leite no Mato Grosso do Sul, e em Goiás este número cresceu em 295,5 mil. A produtividade média vaca/dia é muito baixa. No MS cada animal produz 1,85 litros/cabeça/dia. Esta média foi obtida no

ano de 1994. Para o início da década de 90, a média era de 1,87. A produtividade manteve-se a mesma nos últimos quatro anos. Em Goiás a média vaca/dia de leite era ainda mais baixa em 1994, atingindo à casa dos 1,5 litros/vaca. Esta produtividade leiteira fica bem abaixo da média nacional, que chega a 2,5 litros/cabeça/dia.

No início dos anos 90, com a liberação das linhas de crédito através dos Fundos Constitucionais, houve um incremento na pecuária leiteira. Este fundo atendeu basicamente a agricultura familiar e aos assentados de Reforma Agrária, numa clara investida pública para ampliar o setor leiteiro na região. Os financiamentos concentraram-se em dois agrupamentos: 1. "Apoio à Política de Reforma Agrária" e 2. "Desenvolvimento rural". Em sua maioria estes financiamentos destinavam-se à compra de vacas leiteiras, melhoramento de pastagens, pequenos equipamentos (tritadoras, por exemplo) e reparo em cercas.

No tocante ao trato cultural com os sistemas de criação, percebe-se que este permanece sem muitas alterações. Não há indicativos de que, mesmo com uma ação direta de linha de crédito, tenham ocorrido mudanças técnicas e buscas de aumento de produtividade. O reforço alimentar (silagens, qualidade das pastagens, rações) não foi colocado como condição necessária à melhoria do sistema produtivo. Segue-se apenas os tratamentos sanitários obrigatórios.

A avicultura de corte vem apresentando importante crescimento nos últimos anos, principalmente devido à instalação de empresas incubadoras e abatedoras de ave;; no estado, aumentando a capacidade de abate de 537 mil cabeças em 1990 para 51 milhões em 1995. Na metade da década de 80 e início da década de 90 instalaram-se no estado do Mato Grosso do Sul, as empresas Frangosul, Swift, Sadia, Fatisul, Armour, Matosul.

### **Linhas de crédito**

Na alocação geral dos recursos provenientes das linhas de crédito destinadas ao setor rural no Centro-Oeste, podem-se destacar alguns aspectos:

- os programas de financiamento agrícola priorizaram a aquisição de máquinas pesadas: tratores e colheitadeiras e/ou pequenos implementos;
- o item melhoramento para exportação foi outro contemplado com uma grande

quantidade de recursos. Os itens que receberam investimentos em melhorias, foram nas áreas de armazenamento e correção do solo, mas ficou evidente que há uma relação direta entre crédito, mecanização e exportação;

- a pecuária de corte é nitidamente privilegiada na obtenção de crédito. Isto pode ser visto também no crescimento do número absoluto do rebanho bovino sul-mato-grossense. Também há um claro avanço nos investimentos e financiamentos da pecuária leiteira. Os dados indicam que entre 1988 e 1993 os créditos tiveram um acréscimo de 3,5 vezes. É necessário averiguar a relação com este fato e a aprovação dos Fundos Constitucionais para áreas em desenvolvimento, na Constituinte de 1988. Nos anos subsequentes houve uma grande procura do FCO por parte de agricultores familiares;

- na relação investimento agrícola x pecuária, verificou-se uma acentuada opção para a pecuária. Do total dos investimentos relacionados pela SEPCT, em 1988, a agricultura recebeu cinco vezes mais recursos que a pecuária. Já em 1993 houve uma inversão de rumos, os pecuaristas obtiveram mais que o dobro dos recursos para investirem em seus negócios;

- no final da década de 80 ficou clara a priorização para melhorar as condições do comércio exterior do estado. Do total dos financiamentos agrícolas de MS, quase que 50% foram destinados a este item. Em 1993, um terço foi destinado a melhorar as condições da exportação estadual;

- os principais produtos que receberam custeio agrícola foram: soja, milho, arroz, algodão, trigo e feijão. Constatamos uma grande redução de atendimento ao crédito no período de 1988 a 1993. Das principais culturas agrícolas, o algodão recebeu 2.452 contratos de créditos em 1988, baixou para 1.171 em 1993. O arroz caiu de 1.589 para 780. As maiores baixas foram: Soja de 9.269 para 2.467; e o trigo de 4.758 para 487.

- a pecuária não é receptora de grandes quantidades de crédito para custeio.

#### **Fundos Constitucionais do Centro-Oeste - FCO**

No ano de 1994, foram alocados recursos para aplicação nos seguintes programas: Programa de Desenvolvimento Rural, Programa de Desenvolvimento Industrial, Programa de Infra-estrutura Econômica, Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional e Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária.

Foram transferidos, no ano de 1994, para crédito do FCO, o total de R\$ 491.318.400,00. Deste volume de recursos, foram realizadas um total de 12.824 operações. As operações com Desenvolvimento Rural e Apoio à Política de Reforma Agrária consumiram 98,4% do volume total de recursos. Pequenos e miniprodutores rurais foram contemplados com 12.712 operações.

Segundo informações obtidas, o FCO destinou-se basicamente a financiar a transição do agricultor que desenvolvia atividades de subsistência (lavouras de arroz, milho, mandioca, pequenos pomares), para a pecuária leiteira. A esmagadora maioria das operações foram realizadas nesta direção.

### **Programa Nacional de Valorização da Agricultura Familiar - PRONAF**

O PRONAF, criado a partir da campanha "Grito da Terra Brasil", coordenado pela CONTAG/CUT, foi pouco implementado no estado do Mato Grosso do Sul. Durante o ano de 1996 foram realizadas 497 operações de crédito para custeio e investimento.

No estado de Goiás, dez municípios foram escolhidos para a aplicação dos recursos do PRONAF-Global. Durante 1996 foram constituídos os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural nestes municípios e elaborados os Planos Municipais de Desenvolvimento. Estes Planos foram aprovados e enviados para a Comissão Nacional do PRONAF, onde estão sendo avaliados. Até o momento não foram liberados os recursos orçados nos Planos Municipais.

Esses recursos do PRONAF não estão sendo liberados com facilidade aos agricultores familiares. Eles estão disponíveis nos bancos porém, não chegam às mãos dos agricultores. A avaliação é que o principal problema refere-se ao empecilho que os gerentes de bancos colocam para aprovação do contrato, exigindo garantias para liberação dos recursos.

Foram realizados até dezembro de 1996, 1.519 contratos de custeio e investimento, totalizando R\$ 4.859.284,89 em Goiás. Este número ainda é insignificante em relação ao total de agricultores familiares do Estado. No Estado do Mato Grosso, em 1995, 14 municípios tiveram acesso à linha de crédito do PRONAF. Em 1996 foram 785 contratos efetivados num total de R\$2.839.225,33.

## **Inovações e tendências da agropecuária regional**

Apesar dos problemas enfrentados pelo setor rural, inclusive com retirada de incentivos governamentais, a criação de novos pólos agrícolas demonstram a continuidade da política de expansão agrícola no Cerrado. A continuidade do PRODECER está sendo realizada através de novas estratégias nos processos de colonização e expansão das lavouras de soja na Região. Os investimentos do PRODECER nas regiões Sul e Nordeste de Goiás e Barreiras (BA), nos anos 80, foram realizados dentro da estratégia de favorecer a produção em escala utilizando-se de grandes extensões de terras. A fase 111 deste projeto (em implantação nos Cerrados do Tocantins e sul do Maranhão) está financiando projetos cooperativados de colonização e cultivo em áreas não superiores a 500 hectares. Estes projetos, no entanto, não diminuíram o grau de destruição dos Cerrados causada pela prática do cultivo da agricultura moderna.

O processo de modernização agrícola, portanto, adquiriu novas formas e a manutenção do modelo agrícola não está mais assentada exclusivamente sobre as grandes áreas de monoculturas. A decisão de manter a produção voltada para a exportação (em detrimento da produção para o mercado interno) levou a adotar o pacote neo-liberal: baixar custos para elevar o grau de produtividade e competitividade. O desenvolvimento tecnológico ampliou seu raio de ação, intensificando a utilização da biotecnologia, reduzindo o tempo necessário para completar o ciclo produtivo. As pesquisas têm se voltado para o desenvolvimento de novas variedades de sementes adaptadas às diversidades climáticas e de solo, caso da soja para as regiões de clima temperado.

Outro aspecto das novas formas de modernização está relacionado com os chamados sistemas agro-ecológicos. Os casos das usinas e destilarias em Goiás (destilarias de Goianésia e Santa Helena) são exemplos claros da implantação de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento da mão-de-obra. O plantio da cana e a produção de álcool/açúcar tornaram-se apenas um elemento da cadeia produtiva. Estas usinas estão também realizando consorciamento, utilizando o bagaço da cana como alimento animal. É comum na região, as usinas também criarem gado de corte (ou de leite). Utilizam o bagaço da cana também para a geração de energia elétrica. Além de baixar o custo operacional, o excedente de energia é vendido para as prefeituras da região da usina. O

vinhoto está sendo canalizado para as lavouras como uma forma de evitar a poluição de rios e córregos e aumentar a fertilidade do solo.

As inovações não se restringem ao setor industrial. Além da mecanização crescente, também o plantio da cana é realizado de forma a aumentar a produtividade da mão-de-obra assalariada. As formas de seleção e gerenciamento de pessoal são feitas a partir da separação dos cortadores com maior experiência e produtividade por hora trabalhada, e os de média ou baixa produção. Este mecanismo força a competição e especialização entre os trabalhadores, aumentando o ritmo e a produtividade dos cortadores de cana, ao mesmo tempo que não há retorno financeiro, em forma de salário. Por outro lado, as usinas não cumprem muitos itens das cláusulas sociais dos acordos coletivos do setor. O processo de modernização está sendo implantado também em outras culturas. A mecanização e as novas formas de gerenciamento da mão-de-obra estão presentes nas lavouras do tomate e algodão.

A utilização dos PIVOTS CENTRAIS na agricultura ampliam o poder de concorrência e produtividade do setor. Ao mesmo tempo este processo exclui os agricultores familiares, pois seu custo de manutenção é caro e exige alto giro de recursos na propriedade. O Governo do Estado deu incentivos para a implantação dos pivots através do FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste) e da redução das taxas de energia elétrica, porém não se tem notícias de estudos sobre o impacto ambiental causado por este tipo de tecnologia.

A quantidade de pivots vem crescendo a passos largos. Há cerca de cinco anos, os pivots existentes em Goiás podiam ser contados sem muitas dificuldades, não ultrapassando duas dezenas. Hoje são aproximadamente 700 pivots instalados e em funcionamento. Segundo dados do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o FCO financiou em torno de 70 projetos de irrigação em Goiás só em 1993. Destes, 49 eram projetos para a instalação de pivots centrais.

Os pivots centrais são os maiores consumidores de energia elétrica no meio rural. Para torná-los economicamente viáveis, o Governo do Estado implantou a TARIFA VERDE. Esta tarifa só beneficia produtores com consumo acima de 2,3 KW. Pagam sempre pela demanda contratada com a CELG, não importando se o consumo atingiu ou não aquele patamar. Mas quando não há utilização (no caso do período das chuvas), o faturamento



é de 10% sobre o maior consumo no período de 11 meses precedentes.

Se o consumo for registrado fora dos chamados horários de pico, o produtor recebe ainda mais incentivos e descontos. Se os pivots funcionarem entre a meia-noite e às 5 da manhã há mais descontos nas taxas de energia elétrica, diminuindo sensivelmente o custo final de produção.

Os pivots provocam sérios danos ao lençol freático. Os danos ecológicos se dão em, pelo menos, outros dois níveis. Os produtos químicos . (pesticidas, fertilizantes), utilizados em grandes quantidades, são acrescidos na água, o que contamina o solo e os rios. Há também um alto desperdício de água porque apenas aproximadamente 20% dela retorna aos lençóis freáticos.

Esta tecnologia tem aumentado significativamente a produção e a produtividade do milho e do feijão. Elas formavam, junto com o arroz, o tripé da lavoura de subsistência em Goiás, base da agricultura de economia familiar. Com a adoção da irrigação, as lavouras de feijão do estado tem alcançado as mais altas taxas de produtividade do país (mais de 2.340 kg/ha). Esta alta produtividade, associada aos incentivos governamentais, pressiona os preços, reduzindo sensivelmente o custo final da produção. Os agricultores familiares, carentes de recursos e tecnologia, não conseguem competir inviabilizando a sua produção e provocando a constante transição deste setor para a pecuária leiteira, pois o rendimento de suas lavouras mal ultrapassa o limite do auto-consumo.

As últimas administrações do estado de Goiás têm investido na eletrificação rural. Estes investimentos, no entanto, não atingem o conjunto dos agricultores familiares. Apenas 26% dos agricultores familiares entrevistados em Formosa e 38% em Porangatu possuíam energia elétrica em suas residências. Os demais municípios pesquisados apresentaram índices em torno de 60%. Estes índices demonstram que as políticas governamentais não estão voltadas para o favorecimento da agricultura familiar no estado e na Região.

Como já vimos anteriormente, o processo histórico de ocupação da região e as políticas governamentais excluíram a agricultura familiar no desenvolvimento regional. Os dados sistematizados e analisados pela FAO e INCRA confirmam esta afirmação. Segundo estas organizações, o número de estabelecimentos da agricultura familiar no Centro Oeste corresponde a apenas 24% dos estabelecimentos regionais e 2% do total de esta-

belecimentos a nível nacional.

### **Principais características e perspectivas do desenvolvimento rural**

Um aspecto que merece ser melhor trabalhado, mas para o qual não se encontraram dados confiáveis/disponíveis diz respeito ao aumento/ redução da contratação da mão-de-obra e as possibilidades de crescimento dos trabalhos não-agrícola no meio rural.

Com relação aos movimentos populacionais, pode-se observar que os índices da região atingem a casa dos 80% de população urbana frente ao total regional. Para se chegar a este índice houve um movimento migratório constante, a partir do início da década de 70, em duas frentes distintas. Uma, refere-se às populações originais dos estados estudados, que a partir de uma política de concentração fundiária passaram a migrar para as cidades. A segunda onda migratória se dá com a expansão da fronteira agrícola para a região e as sucessivas crises do setor, levando outros tantos milhões de agricultores às cidades. Os migrantes vindos de Minas Gerais, São Paulo, e dos três estados do Sul do Brasil, instalaram-se em pequenas e médias áreas de lavouras e também como assalariados rurais. Foram igualmente atingidos pelo processo de concentração fundiária e crises na agricultura, que os levaram ao deslocamento para os centros urbanos. Podemos ainda identificar uma terceira onda migratória, pequena, mas também constante. Um grande número de agricultores familiares, além de suas residências nas propriedades rurais, passaram a procurar povoados e cidades próximas para transferirem suas esposas e filhos em idade escolar. Os dados da distribuição da população poderiam confirmar isto. Por exemplo, no Mato Grosso do Sul, a população rural, dividida em sexo, identifica um número maior de homens que de mulheres, o mesmo ocorrendo com o estado de Goiás.

No setor da agricultura familiar, há uma tendência para a especialização e desenvolvimento da pecuária leiteira, cabendo o cultivo da agricultura para autoconsumo (produção de arroz, milho, mandioca e feijão). Quanto à consolidação da agricultura familiar na região, pouco pode-se afirmar, face à precariedade e à relativamente recente ocupação regional. Esta consolidação encontra um forte condicionante no desempenho produtivo do setor frente à pecuária leiteira.

Quanto à utilização das terras e preservação do ecossistema dos cerrados, houve grande incorporação de áreas nestes últimos vinte anos. Do início da década de 70 até o ano de 1985, quando foi realizado o último Censo Agropecuário, foram colocados nos sistemas produtivos 30 milhões de hectares de novas terras de Cerrados. Estas áreas, em sua maioria foram utilizadas para ampliar as pastagens. Como neste processo utiliza-se as queimadas e derrubadas das matas, houve grande prejuízo para o equilíbrio do ecossistema. No caso da agricultura, a utilização de herbicidas e a aplicação de fertilizantes para correção do solo na produção em escala da monocultura (soja, milho, cana, algodão) tem prejudicado, e muito, as terras da região. Técnicos da Embrapa estão fazendo um Zoneamento dos Cerrados e alertam para os perigos deste processo.

Também as áreas do Pantanal estão quase que totalmente ocupadas. Além das grandes fazendas de criação de gado de corte, ali concentram-se as maiores reservas indígenas do Estado.

Reforma Agrária e desenvolvimento global estão ainda dissociados nesta região do Brasil. Ao se analisar o número de famílias assentadas e o total das áreas ocupadas, se verá que na estrutura fundiária quase nada foi alterado. Claro, com a ressalva de que, com o assentamento, as famílias passaram a sobreviver das próprias forças. Seus sistemas produtivos são limitados, porém os mantêm trabalhando e subsistindo.

As linhas de crédito especiais (PRONAF, FCO, PROCERA), têm priorizado as operações de financiamento que incentivam o produtor a transitar da agricultura de subsistência para a pecuária leiteira. Quanto ao PRONAF, a tônica geral é de que os recursos não chegam aos destinatários. Em algumas áreas os gerentes dos bancos têm feito tantas exigências que o torna inviável, por não haver como cumprí-las.

A referência maior para a ação dos governos estaduais e federal, assim como do setor empresarial, é a produção para a exportação em grande escala. A produção de soja, milho e arroz são o carro-chefe da agricultura, sendo que a soja destina-se ao mercado internacional, já os outros grãos ao mercado nacional. A pecuária de corte é dominante no que se refere à utilização das terras e também é exportada para fora da região Centro-Oeste.

Na busca de tornar estes produtos mais competitivos, seja no mercado nacional, ou

frente ao Mercosul e à globalização, os Governos estão viabilizando a construção de novos meios de transportes. A interligação multimodal é uma realidade regional que atualmente tem ligado o Centro-Oeste ao Sudeste/Sul do Brasil através do Porto de São Simão em Goiás, utilizando-se do Rio Paranaíba, divisa de Goiás com Minas Gerais, Rio Tietê e Paraná, até chegar com a produção de Grãos no Porto Marítimo de Paranaguá, no Estado do Paraná. Além desta hidrovia, que está operando desde o início da década de 90, o governo federal tem feito estudos para viabilizar uma nova linha de escoamento. Pensa em utilizar os Rios das Mortes e Araguaia no estado do Mato Grosso, interligando-os ao Rio Tocantins, nos estados de Goiás e Tocantins, à ferrovia Norte-Sul no Maranhão. Todo este esquema servirá para transportar a produção de grãos no sentido Norte do Brasil.

Dois outros pontos merecem destaque nas perspectivas do desenvolvimento regional. O primeiro, já citado, diz respeito à agricultura familiar, que vem recebendo incentivos rumo à especialização leiteira. Na década de 90 investiu-se muito na capacitação do agricultor para a produção de silagens e de outros reforços alimentares, bem como na melhoria da raça do gado leiteiro. O segundo está relacionado ao campo industrial. O Centro-Oeste apresenta-se como alternativa para a implantação de novos complexos agro-industriais e até mesmo de indústrias automobilísticas e têxteis. A Perdigão, Sadia, Seara, Swit, Ceval, Parmalat, Nestlé é, entre outras, vêm ampliando suas instalações e influências econômicas na região, influenciando decisivamente nos rumos do setor.

Por fim, considerando-se o tipo de atividade econômica predominante no setor rural (agricultura patronal ou familiar, extensiva ou intensiva, níveis de capitalização, tecnificação e rendimentos) e as características do entorno sócio-econômico (disponibilidade de infra-estrutura, acesso a mercados, capacidade de absorção de mão-de-obra), podemos sugerir a existência dos seguintes padrões de desenvolvimento rural no Centro-Oeste:

#### **DINÂMICA 4.1 - agricultura familiar + entorno com urbanização intensa**

Não há possibilidades para agricultura patronal. Há indícios de uma consolidação da agricultura familiar, porém, esta tendência ainda não se encontra totalmente definida. É uma região de entorno flexível, com algumas possibilidades de absorver mão-de-obra e onde há um grande processo de urbanização e industrialização. Enquadra-se nesta dinâmica a mesorregião de

Goiânia, o entorno de Brasília.

#### **DINÂMICA 4.2-agricultura patronal intensiva + entorno com urbanização descentralizada**

É o que tende a combinar a afirmação da agricultura patronal, mas com um entorno sócio-econômico absorvedor de mão-de-obra, isto é, gerador de oportunidades de trabalho não agrícolas, rurais e urbanas. Possui estas características a região leste do Mato Grosso do Sul. Há um forte desenvolvimento da agricultura patronal e também o fortalecimento de uma agricultura familiar especializada e diversificada, que vem se adaptando a novos padrões tecnológicos. Ainda possui um entorno sócio-econômico bastante flexível e absorvedor de mão-de-obra. É uma região na qual vem ocorrendo recente processo de industrialização. As mesorregiões que se enquadram nesta dinâmica são: Centro-Sul Goiano e Sul Goiano. Existem grandes possibilidades de caminhar em direção a uma consolidação da agricultura familiar.

#### **DINÂMICA 4.3 - agricultura patronal intensiva + entorno pouco urbanizado**

Tende para a constituição de sistemas produtivos patronais, porém ainda não tão definidos. Além disso seu entorno sócio-econômico não é tão flexível na geração de oportunidades de trabalho não agrícola. No entanto, há grandes tendências de caminhar na direção da Dinâmica 2. As mesorregiões que apresentam estas características são: Sudeste Mato-Groisense e Centro-sul Mato-Grossense.

#### **DINÂMICA 4.4 - agricultura patronal extensiva + entorno pouco urbanizado**

Apresenta três situações distintas, mas em todas há prevalência de uma agricultura patronal extensiva com um entorno sócio-econômico rígido e incapaz de absorver mão-de-obra. Numa dessas situações a ocupação territorial é tão recente, e a precariedade ou incipiência do entorno é tão grande, que ainda não estão definidas as chances de viabilização de uma dinâmica precisa, mesmo assim se identificam tendências de sistemas produtivos extensivos, principalmente com lavouras de grãos e pecuária. Apresentam esta característica as mesorregiões: Norte Mato-Grossense, Parecis-Alto Teles Pires, Alto Guaporé e Paraguai-Jaurú. Em suma, todo o noroeste do Estado do Mato Grosso. Uma segunda situação dentro desta mesma dinâmica apresenta

sistemas produtivos bem extensivos, em geral pecuária, com um entorno sócio-econômico rígido, especializado e poupador de mão-de-obra, envolve as mesorregiões Nordeste do Araguaia (MT) e Oeste do MS. A terceira situação combina áreas de marasmo da agricultura, familiar e patronal com uma pecuária extensiva em crescimento e um entorno sócio-econômico também incapaz de absorver mão-de-obra. São áreas ainda não tão definidas, encontram-se nesta condição as seguintes mesorregiões: Noroeste Goiano, Aragarças e Norte Goiano.

### **Dinâmicas Predominantes de Desenvolvimento no Meio Rural Região Centro-Oeste**

